

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata Nº 73. Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2008, às 14:00 reuniram-se na sede do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, situado na Rua Major Eustáquio, nº 76, 9º andar, Edifício Chapadão, 9º andar, sala 915, os conselheiros e convidados para mais uma reunião ordinária, afim de se discutir a seguinte pauta: 1) Leitura dos informes; 2) Plano de Trabalho da Creche Comunitária Hipólita Teresa Eranci; 3) Readequação de Planos de Trabalho das instituições União da Mocidade Espírita - Lar de Uberaba e Comunidade Santa Rita de Cássia; 4) Inscrições dos Centros Espíritas referentes ao Banco de Alimentos Aluísio Furtado, Sociedade Casa de Jesus e Henrique Krüger; 5) Renovação de inscrições das seguintes entidades: Legião de Assistência Cristã - LAC; Lar de Acolhimento ao Idoso Lição de Vida; Instituto dos Cegos do Brasil; ABRACE; Hospital da Criança e Colégio Dr. José Ferreira; 6) Aplicação do Piso Básico de Transição; 7) Parecer do Comissão a respeito do Colégio COC; 8) Lei de Utilidade Pública - apresentação de minuta | parecer das instituições. A plenária teve início às 14:20 e foi aberta pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Sra. Cristina Beatriz Paranhos Silva, que iniciou agradecendo a presença de todos, inclusive dos representantes de algumas entidades que apresentaram seus planos de trabalho ou solicitaram inscrição ou renovação de inscrição. Sra. Presidente fez a leitura da pauta de reunião, passando a palavra em seguida, à Secretária do Conselho, Sra. Gicele Gomes, que fez a leitura dos informes e apresentou a justificativas relativas às ausências dos seguintes membros: Mariângela Terra Camargos, Claiton Antônio Alves, Claricinda Massa, Maria Hellena Zuliane, Julian Matos Bartonelli, Antônio Eustáquio Pereira, Tadeu Luciano Pereira e Romilda Quintina Barbosa, Sr. Paulo Roberto Silva justificou que não pôde comparecer à extraordinária última, porque estava doente Sra. Presidente comentou que na plenária nada foi sugerido que não fosse mais feita ata, mas sim Resolução, entretanto, a Dra. Tatiana Marchesi, assessora judiciária da SEDS, disse a Sra. Presidente que esse tipo de documento não tem validade e que ata deve continuar a ser feita e devidamente publicada. Sra. Cristina, 1º, secretária do CMAS, fará em rascunho as atas das plenárias, que serão aprovadas nas reuniões seguintes. Em seguida, a Secretária Executiva Gicele comunicou que a Comunidade Nova Jerusalém solicitou ao CMAS que seja emitido um novo certificado para a instituição, uma vez que houve alteração da sua Diretoria Através do OF nº 004/ 08, a Associação dos Samaritanos de Uberaba encaminhou ao CMAS, ata de eleição e posse da Diretoria biênio 01/04 de 2008 à 31/03/2010, para juntada ao Convênio com a Prefeitura. Também foi informado que haverá a Conferência Municipal do Idoso, nos dias 28 e 29 de Maio, no Cine Teatro Vera Cruz logo após, Sra. Adriana Fonseca expandiu sobre o 11º Encontro do Prombem, com parceria entre o Município e Fazu, UFTM, Livraria Alternativa e alguns Municípios da Região nos dias 11,12 e13/06/08, no Cine Teatro Vera Cruz, visando incentivar a leitura, com a presença de diversos autores e realização de oficinas. As inscrições poderão ser feitas na Secretaria Municipal de Educação. Dando prosseguimento, Sra. Cristina Paranhos disse que a Sra. Márcia Jerônimo iria explanar sobre o demonstrativo financeiro e prestações de contas. Sra. Presidente ressaltou que a diretoria da SEDS, Sra. Marise Loes, está responsável pelo preenchimento e lançamento dos dados no sistema e disse que, provavelmente, dentro de uma semana, o Plano de Ação esteja pronto para aprovação, o que é muito importante para a colocação de recursos. Sra. Cristina Paranhos falou que em seguida sobre o Pro Jovem, que estará na pauta da próxima reunião extraordinária, que contará, também com a presença de uma equipe técnica, que dará detalhes sobre o programa. Após, foram feitas colocações pela assistente social da SEDS, Sra. Cláudia Cristina, a respeito de Trabalho da creche comunitária Hipólita Teresa Eranci Carvalho, responsável pela referida creche, também descreveu sobre os Trabalhos desenvolvidos pela entidade, que atenderá crianças de 1 a 4 anos, após construção de mais duas salas. Sra. Presidente acrescentou que a creche em questão tem pouco tempo de assistência, porém, as pessoas que comandam a pouco tempo de existência, porém, as pessoas que comandam a instituição possuem um longa história na área de assistência social. Colocado em votação, o plano de Trabalho foi aprovado por unanimidade. Sra. Presidente frisou que quem vota é o conselheiro titular e na sua ausência e suplente. Logo após, foram colocados em discussão as readequações dos planos de Trabalho da União Mocidade Espírita e Comunidade Santa Rita de Cássia. Segundo Cláudia Cristina, o primeiro pedido se fez necessário porque no plano anterior, a instituição não colocou alimentação como um dos itens aos quais os recursos seriam destinados. Quanto a Comunidade Santa Rita de Cássia, trata-se de uma readequação da natureza da despesa, ou seja, designação dos produtos com que se pode gastar, não havendo pedido de aumento de verbas. Após serem colocados em votação pela Sra. Presidente, as readequações foram aprovadas por todos. Prosseguindo, foram discutidas as inscrições dos centros espíritas relacionados na pauta, referente ao Banco de Alimento. Sra. Cristina Paranhos afirmou que toda a documentação relativa a esse assunto ficou à disposição dos conselheiros, para análise. Sra. Neusa Wenceslau disse que, ao analisa os documentos, observou que o Estatuto do centro espírita Aluísio Furtado foi registrado em Belo Horizonte, sem estar claro que a mantenedora da entidade está nesta cidade. Sra. Presidente, questionou se os conselheiros estavam aptos a votar, uma vez que todos os centros espíritas têm o mesmo propósito e frisou que devemos garantir o atendimento à população. Disse

ainda que, o Banco de Alimentos é uma forma de fazer com que os centros espíritas tenham um Trabalho mais sistematizado e que, antes os centros já faziam esse trabalho, sem que houvesse o banco referido, pois o objetivo e a natureza dessas instituições não os mesmos. Sras. Neusa e Emerenciana sugeriam que os pedidos fossem votados separadamente. Sra. Cristina indagou se estava presente algum representante do Centro Aluísio Furtado, mas ninguém se manifestou, então, ficou decidido que haveria votação em separada. Tendo em vista os problemas com a documentação de uma das nº 715- Uberaba, 04 de julho de 2008 14 instituições, os conselhos não se acharam aptos a votar e Sra. Presidente sugeriu que fosse criada uma comissão para visitar a entidade, bem como que fosse encaminhado um ofício ao Presidente do Centro Espírita em questão, a fim de que compareça na próxima plenária. Sr. Cristiano Boaventura questionou o que é necessário para inscrição no Banco de Alimentos, sendo respondido pela Sra. Gicele Gomes que são exigidos estatuto, CNPJ e ata de composição da instituição. A comissão ficou composta da seguinte forma: Neusa Wenceslau, Maria Emerenciana Cardoso e uma assistente social, a ser designada pela SEDS. Sra. Presidente salientou que se mais alguém quiser participar, basta falar com Neusa ou Gicele. As demais inscrições relativas ao banco de alimentos foram aprovadas por 12 votos, havendo uma abstenção. Após, foi colocado em discussão a renovação das inscrições das instituições mencionadas no item 5 da presente ata. Sra. Presidente disse que a votação seria feita em bloco e se algum tivesse alguma dúvida poderia se manifestar. Sra. Márcia Jerônimo observou que no Estatuto do Instituto dos Cegos, a situação da Diretoria está indeterminada, no que se refere ao tempo de permanência no cargo, o que vai contra o que determina o Código Civil. Também foi contatado pela Sra. Márcia que o balanço patrimonial da instituição não foi assinado pelo contador e não há nome da vice-presidente na documentação apresentada pelo instituto. Sra. Aparecida Garcia, do Instituto dos Cegos, informou que o Estatuto da entidade está sendo revisto e que existe vice-presidente nomeado. Sra. Cristina Paranhos afirmou que será enviado ofício ao instituto em questão, com o que deve ser revisto, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis. Sra. Neusa Wenceslau disse que a Casa do Menino também possui problemas no Estatuto e isso deve ser revisto. Relatou que os problemas estão na eleição da diretoria, o prazo do mandato, além do cargo de vice-presidente ser ocupado pela esposa do presidente, o que é proibido por lei. Sra. Presidente ressaltou que será enviada correspondência transmitindo à entidade as recomendações da plenária contudo, haveria impedimento para que a votação pudesse ser feita. Colocados em votação os pedidos de renovação de inscrição, houve aprovação através de 12 votos, havendo uma abstenção. Dando prosseguimento, Sra. Cristina Paranhos investiu a ordem da pauta e pediu a compreensão de todos, porque o Sr. Alexandre Saad, representante do Colégio Osvaldo Cruz – COC tinha compromissos e precisava se manifestar. Primeiramente, foi colocado que as Sras. Shirley Pereira Dias e Ione Ribeiro fizeram visita ao COC e conversaram com a diretoria e uma assistente social do colégio. Segundo Sra. Ione, foi observado que realmente não havia clareza quando aos créditos para fornecimento de bolsas pela instituição. Através de informações da diretoria, como a vista das conselheiras foi realizada em abril, não haveria possibilidade de reverter as gratuidades concedidas em janeiro deste ano, contudo, o COC apresentou uma proposta para Janeiro de 2009, atendimento as determinações da LOAS. Sra. Ione acrescentou que a proposta da instituição agora está clara e a avaliação deverá ser feita por assistente social e a ficha dos alunos beneficiados pelo programa de bolsas deve estar organizada de forma que sua consulta seja fácil por qualquer órgão, inclusive o Conselho Municipal de Assistência social - CMAS. Sr. Alexandre Saad disse que, quando um aluno recebe um benefício, fica difícil retirá-lo no ano seguinte, mesmo que a família melhore de situação. Salientou que serão feitas adequações, após da visita do CMAS, e frisou que é importante existir um critério soberano ao do COC, para que a gratuidade possa ser feita de forma mais justa e correta. Sra. Ione ressaltou que os conselheiros não representam o governo, são independentes e que a lei deve ser cumprida. Sra. Cristina questionou se havia um parecer conclusivo sobre a visita ao Colégio Osvaldo Cruz, sendo respondido pela conselheira Ione que as mudanças valerão para o próximo ano letivo e será apresentado um relatório ao CMAS. Posto em votação, houve aprovação com 12 votos existindo uma abstenção. Sra. Cristina disse que será enviada correspondência ao COC, com o parecer das conselheiras. Sr. Alexandre Saad agradeceu a oportunidade e a gentileza da Sra. Presidente por ter invertido a ordem da pauta. Logo após Sra. Cristina deixou a cargo da Sra. Maria Jerônimo as explicações sobre a aplicação do piso básico de transição. Conforme informado pela Sra. Márcia Jerônimo, os recursos destinados à atenção básica de crianças das creches eram repassados pela SEDS e, depois da Lei do FUNDEBE, a Secretaria de Educação é que ficará responsável pelo repasse desses recursos e estas instituições devem se cadastrar junto à SEMEC. Disse, ainda, que deve ser elaborado um plano de aplicação desses recursos pelas Secretarias de Desenvolvimento Social e Educação. O que não pode é que as instituições fiquem sem recursos. Sra. Cristina afirmou que muitos Municípios e algumas instituições acreditam que deixarão de receber os recursos e isso não é verdade. Os recursos passarão a ser destinados aos CRAS e o Município terá total liberdade para aplicá-los nos projetos que julgar mais conveniente. Sra. Cristina Paranhos propôs a convocação do Secretário ou Secretária de Educação para discussão do assunto na próxima plenária. Sra. Presidente colocou que, a

partir de Janeiro de 2009 esses recursos não mais serão repassados às creches pelas SEDS e que deve haver uma pactuação com o Conselho para a aplicação do recurso. Também colocou que deve sair no site do Ministério alguma resolução sobre o plano de trabalho e que em casa de dúvida, qualquer pessoa poderá procurar a SEDS, para esclarecimentos. Resumindo e com o intuito de esclarecer, Sra. Presidente disse que pino de transição é tudo aquilo que a Assistência Social não teria que fazer e está fazendo, grosso modo dizendo. Sra. Emerenciana comentou que o CRAS é difuso e não atende apenas crianças, sendo respondido pela Sra. Márcia Jerônimo que esses recursos estarão destinados a um nível de proteção e faixa etária específicos. Sra. Presidente disse que além de representante da SEMEC também deverá ser convocado algum representante do COMDICAU, pára participar da próxima reunião. Sra. Cristina salientou que a questão do piso salarial de transição foi apenas levantada, não havendo possibilidade de votação, pelo menos por enquanto. Em seguida, Sra. Márcia Jerônimo passou os contatos via internet e telefonou para mais informações sobre o assunto. Como último assunto a ser discutido na presente plenária, foi discutido sobre a Lei de Utilidade Pública. Atualmente, para uma entidade obter a declaração de utilidade pública deve haver um parecer do CMAS, a ser enviado ao Legislativo. Sra. Presidente disse que a idéia era de enviar ofício à Secretaria de Governo, a fim de que tal exigência fosse excluída. Após conversar com o subsecretário de governo, Sr. Otoniel sobrinho, Sra. Cristina foi informada que o Executivo tem autonomia de encaminhar a Câmara de Vereador, sem consultar o CMAS. Sr. Otoniel se comprometeu a Sra. Presidente a participar da próxima plenária, com o objetivo de discutir o assunto, antes que seja feito qualquer minuta para alertar a lei que trata da matéria. Sra. Presidente acrescentou que o CMAS não seria o conselho mais indicado para dar parecer quando a instituição que pleitear o título de utilidade pública não tiver finalidade social e for, por exemplo, de lazer. Segundo Sra. Cristina Paranhos tipo de atividade a ser desenvolvida pela instituição deve ser afim à área social para que o Conselho se manifeste logo após, fez a leitura da minuta do ofício a ser encaminhado à SEGOV e disse que o subsecretario do governo participará da próxima reunião. A conselheira Ione questionou se teria outra possibilidade de não se exigir autorização de nenhum Conselho, para a declaração de utilidade pública. Sra. Márcia Jerônimo sugeriu que seja consultado o Conselho Estadual, haja vista que antes o CMAS não tinha essa incumbência. Sra. Cristina, disse que enquanto não for alterada a Lei, algumas instituições poderão prejudicadas, por que já protocolaram documentos, os quais se encontram paralisados. A Sra. Tatiana Marchesi pôde comparecer à reunião por motivo de força maior, sugeriu a Sra. Presidente que seja atestado o funcionamento destas instituições, que já entraram com o pedido, mediante visita, mas sem o registro das mesmas. A dúvida da maioria dos presentes é se o Conselho Municipal deveria ter essa responsabilidade. Em seguida, Sra. Adriana Fonseca procedeu à leitura de trecho da Lei 5.302/93 que estipula tal exigência, com o objetivo de cada Conselho Municipal correspondente ateste sobre o funcionamento de entidades de sua categoria. Sra. Ione propôs que a referida exigência fosse excluída, devendo ser alterada a lei, o que teve a concordância de todos os presentes. Sra. Presidente observou que até que se mude a legislação, deve se resolver a situação das entidades que estão com a documentação paralisada. Os conselheiros aprovaram a sugestão da assessora jurídica da SEDS, Sra. Tatiana Marchesi, ou seja, será expedido atestado de funcionamento das entidades que já solicitaram a declaração de utilidade pública, após visita. Ficou decidido que será realizada vistoria nas seguintes instituições: Rotar Clube; Templo Pentecostal Cristo A Glória de Deus, Rosa de Saron e Tenda de Umbada, as quais necessitam do referido título. O conselheiro Cristiano Boaventura de Abreu e Shirley Pereira Dias ficaram encarregados da realização da vistoria nas quatro instituições mencionadas anteriormente. Sra. Presidente sugeriu oficializar a decisão através de correspondência a ser encaminhada aos vereadores, referente ao que foi definido na presente plenário sobre o assunto da declaração de utilidade pública. Nada mais havendo a declarar, eu, Cristina da Silva¹ Secretária do CMAS, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por min e demais conselheiros, tendo a reunião sido encerrada às 16:00. Cristina Beatriz Paranhos Silva, Márcia Jerônimo, Adriana Beatriz da Silva Fonseca, Ione Ribeiro, Cristiano Boa Ventura de Abreu, Elisa Maria de Oliveira, Cristiana da Silva, Izildinha Silvana Eduardo, Shirley Pereira Dias, Marlene Soares, Euripa Aparecida Machado Costa, Paulo Roberto Silva, Mônica Beatriz Ventura de Menezes, Neusa Maria Kopke Wenceslau, Maria Emerenciana Costa Cardoso